

ATA DA 124ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio de 2004, na sala de reuniões do CAP, às 9h00, sob a presidência do Sr. Hélio José da Silva, em virtude da justificativa por motivo de doença do Presidente titular, Sr. José Carlos de Oliveira Mendes reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, sito na Rua Antônio Pereira, 161, com a **presença dos Conselheiros**, Juarez Moraes e Silva, Orsival Francisco, Michael Martins da Silva, José Silvio Gori, Carlos Roberto Frisoli, Zulfiro Antônio Bósio, Ozeil Moura dos Santos, Luiz Antônio Fayet, Airton Galinari, Sidney Pinto, José Roberto Almeida Corrêa, João Gilberto Cominessi Freire, Wilson Moraes da Silva, e dos **convidados** Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva, Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina, CMG Osmar Pedro da Cunha, Capitão dos Portos do Estado do Paraná, Dr. Fabiano, Delegado da Polícia Federal em exercício, Sr. João Ivano Marson, Presidente do OGMO/PR, Eng. Maria Manuela de Oliveira, Diretora Técnica da APPA, Sr. Leopoldino de Abreu Neto, Diretor do Porto de Antonina, Procurador Jurídico, Dr. Mauro Maranhão, Chefe do Departamento de Planejamento da APPA, Sr. Luis Henrique T. Dividino e Sr. Nilson Hanque Camargo, Representante da FAEP. **Abertura da Reunião:** O **Presidente** em exercício iniciou a reunião saudando e agradecendo a presença dos Conselheiros e convidados. **Justificativa de Ausência:** dos Conselheiros, Mário Manoel das Dores Roque, Mario Marcondes Lobo Filho, Ogarito Borgias Linhares, Carlos Alberto S. Calvo, Adriano Gustavo Vidal, Maria do Socorro de Oliveira e Dr. Jorge Quirilos Assis. **Pauta:** Ofício Circular n.º 15/04-CAP/Pr., contendo a ordem do dia e o expediente, informando aos Conselheiros os documentos tramitados no Conselho durante o mês de abril/2004. Informou ainda, ao Plenário que não foi pautada a aprovação das Atas das reuniões anteriores, uma vez a secretaria do CAP não está com sua estrutura suficiente, para dar vazão ao volume de serviço e disse que irá fazer gestões junto a Administração Portuária no sentido de prover meios necessários, para ter os recursos suficientes. Dando continuidade à reunião, o **Presidente** passou a palavra ao Relator da **COMISSÃO TARIFÁRIA E ORÇAMENTÁRIA:** O Conselheiro **José Roberto Almeida Corrêa** disse que a Comissão já havia relatado o parecer favoravelmente a proposta da APPA, na reunião Ordinária realizada em dez/2003, e teve na época interferência do conselheiro Fayet. Ficando acordos a necessidade da manifestação deste Conselho em apreciar juntamente com o orçamento, os programas de obras, aquisição e investimentos dos portos. Que seria apresentando ao Plenário, pelo Diretor Técnico, Eng. Ogarito e que até o momento não ocorreu. Solicita que o Porto faça uma explanação sobre o Orçamento compatibilizando com os investimentos. Manifestou o Sr. **Marson** dizendo que participou de uma reunião com a APPA, na segunda-feira sobre ISPS Code, com relação à parceria do OGMO no Plano de Segurança Portuária e sua integração com o Porto, falou que o assunto foi extensivo e produtivo, faltando apenas ter uma secretária à disposição para fazer a ATA, com as definições bem resolvidas e assinadas, para também dar conhecimento a este Colegiado, porque com o passar do tempo são esquecidas e se tornam repetitivas. Lembrou que participou também, da reunião extraordinária do CAP, realizada em Abril, no Auditório, em que a APPA fez apresentação sobre os assuntos da disponibilidade financeira, os investimentos e outros temas polêmicos aos presentes, acredita que a questão da explanação já foi realizada, faltando apenas encaminhar o material à Comissão para parecer final, nota que este Conselho não está conseguindo concluir os assuntos e sendo repetitivos. Ficando assim, a pauta extensa e em conseqüência a secretaria vulnerável. **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTOS E MANUTENÇÃO:** O relator **Silvio Gori** disse que a Comissão está



• Presidente : Jose Carlos de Oliveira Mendes
• Secretária-Executiva: Rosa Shimosa Ebina
Endereço : R. Antônio Pereira, 161 - CEP 83.221.030 - Paranaguá -PR
• Fone/fax: (041) 420-1360 - Fone: (041) 420-1142
E-mail : cappgua@pr.gov.br

**Conselho de Autoridade Portuária
dos Portos de Paranaguá e Antonina**

analisando as questões dos fundos, programa de obras, investimentos de infra-estrutura portuária e o berço 213. Falou que na reunião passada apresentou o relatório ao plenário com relação aos fundos criados pelo CAP, e, por consequência da revogação por parte da Administração, da ordem de serviço n.º 181/APPA, o Porto alterou a grafia para programa. Entretanto, o parecer da Comissão não foi apreciado pelo plenário, uma vez que o Conselheiro Fayet solicitou vistas do processo. Informa os saldos em abril/04 de: PROMAR R\$ 31.954.402,80, PROSILO R\$ 13.893.721,27 e PROPORR R\$ 13.426.315,58. Quanto ao programa de obras, investimentos de infra-estrutura portuária, dirigiu-se uma correspondência de nº 31, datado de hoje ao Conselho contendo o seguinte "Ao Presidente em exercício do CAP. Hélio José da Silva. Na condição de Relator da Comissão de Acompanhamento de Fundos de Investimentos e Manutenção - FUNPORT e FUNSILO cumpre-me informar que a Proposta do Orçamento e os Programas de Obras, Aquisições e Melhoramentos da Infra-Estrutura dos Portos de Paranaguá e Antonina, foi encaminhada pela APPA a este Conselho no dia 12/05/04 e recebida pela esta Comissão, através do ofício n.º 31/04, datada em 20/05/04. A Comissão ainda não se reuniu para análise o posicionamento do material recebido e pretende iniciar as reuniões nos próximos dias. Para melhor desenvolvimento dos trabalhos, a Comissão solicita indicação por parte da Diretoria Técnica da APPA, pessoal técnico que possa comparecer as reuniões e informar o andamento dos investimentos e obras programadas, conforme constam na citada proposta. Saudações. José Silvio Gori. Conselheiro". A Diretora Técnica da APPA, Maria Manuela disse que a colocação do Conselheiro Gori é pertinente, portanto, entrega o Relatório da Obra - Recuperação do berço 213. O Presidente reportou-se a colocação dos Conselheiros José Roberto e Gori, da ausência da assessoria técnica da APPA, nas reuniões das Comissões quando das suas reflexões e debates, para que possa auxiliar com informações e esclarecimentos dos detalhamentos das questões que estão sendo expostas. Neste momento, o Superintendente da APPA, Dr. Eduardo Requião ocupa seu lugar à mesa e é informado pelo Presidente da necessidade de revisão da assessoria técnico da APPA, nas Comissões do CAP. **COMISSÃO PARA FORMATAR AGENDA PROPOSITIVA:** O relator Bósio disse que quando solicitou a criação desta Comissão foi no sentido de que os assuntos imperiosos e inerentes a Administração Portuária, fosse colocada na pauta desta Comissão, e que, evidentemente estas preposições, com o tempo antecipado e prevendo algumas evoluções dos assuntos, que se discutem antes dos acontecimentos. Solicitou que esta Comissão Especial seja de forma continua para que nela possa levantar e dirimir os problemas, fazendo que as coisas acontecem sem distorções. É uma Comissão que quando se coloque um impasse. Ela possa resolver negociando, através de consultas aos conselheiros e aos demais órgãos dentro do complexo portuário, discutindo os assuntos de uma forma eficiente, inteligente e no mesmo tempo levantando os assuntos proativos e não somente propositivos, para dar uma dimensão de rapidez, de habilidade e de eficiência em todos os sentidos; mas trabalhando unido, de uma forma que o sistema portuário funciona normalmente. Complementando o Conselheiro Ozeil disse que esta Comissão vem em encontro com as preocupações do Superintendente da APPA, porque vai estudar o Porto global, com planejamento macro, analisando também a cidade. Portanto, a Comissão vai ter um contato direto com o Superintendente e com o Prefeito da cidade, levantando os problemas como um todo, com maior abrangência. O Presidente conclui após aprovação do Plenário que a proposta do Conselheiro Bósio é a maior dinamização dos trabalhos no âmbito desta Comissão de tal maneira que ela possa vir contribuir sobre essa ótica que foi apresentado não apenas ao Conselho, mas a Comunidade Portuária e ao Porto em geral. Portanto, ficando assim a composição da Comissão, pelo Bloco do Poder Público Mario Marcondes Lobo Filho e Juarez Moraes e Silva, pelo Bloco dos Usuários



Zulfiro Antonio Bósio - relator e Ozeil - sub relator, Bloco dos Operadores Portuários Carlos Alberto S. Calvo, Bloco dos Trabalhadores Portuários Maria do Socorro e Wilson e convidados permanentes Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva, Superintendente da APPA, Maria Manuela de Oliveira, Diretora Técnica da APPA e Adriano Gustavo Vidal, Conselheiro e Presidente da ACIAP. **BERÇO 213 E BERÇO 216:** Tomou a palavra a Diretora Técnica da APPA, **Maria Manuela** dizendo que entregou ao Conselho durante a reunião o Relatório da Obra de Recuperação do berço 213 e que foram distribuídas cópias aos presentes, fornecendo histórico da Obra desde a colisão do navio Bunga Saga Satu em 2002 e as providências tomadas até o momento. Quando ao Berço 216, disse que o assunto foi ventilado na CPI, perguntaram o por quê não foi liberado o berço, razões foram apresentadas na reunião extraordinária do CAP. Relata novamente, que além das licenças ambientais, necessita dragar para a profundidade da cota do projeto. Porque pode aparecer defeito de construção. É um ancoradouro aberto, com aterro, de acabamento rígido, que pode apresentar concreções localizadas na extensão do talude, que obstruam a liberação para profundidade do projeto, e, que só poderão ser verificadas após a dragagem. Manifestou o Conselheiro **Michael** reportando-se as manifestações do Capitão dos Portos e do Conselheiro Marder na reunião anterior, que não está contemplado a dragagem do berço 216 no contrato da APPA com a Bandeirantes, e, que o TCP colocou a disposição para acertar com o Porto, a realização dessa dragagem em caráter emergencial. Portanto, pergunta se há interesse por parte do Porto em agilizar o problema. **Eng. Maria Manuela** explicou que o berço 216 vai ser dragado e é a prioridade do Porto. Disse que o Porto tem maior interesse de agilizar a liberação para atender os usuários. Complementou que o Porto tem, no mínimo, três solicitações de dragagem, da Soccepar, da Bunge e do TCP; caso a APPA permitisse, correria o risco de não atracar navios no Porto, por haver excesso de dragas no cais público. Portanto, essa é a obrigação da Autoridade Portuária, por uma questão de praticidade e coerência. Retornando a palavra Sr. **Michael** acredita que quase seis meses posterior à conclusão das obras, tem-se um fórum de conselheiros que estão bastante frustrados com as condições que são progressivamente atrelados à entrega do berço do Terminal, gostaria de acrescentar e a Diretoria do Porto pode constatar isso, que têm serviços que a partir deste mês, estão em caráter permanente suspenso no Porto de Paranaguá. Nesta semana teve encontro com sete armadores, que estão hoje, tentando fazer correções de atrasos de seus navios e esses atrasos especificamente atrelados aos Portos do Paraná e São Francisco do Sul. Estão justamente passando pelos principais ponderações para suspender outros serviços, e, tudo isso com maior complacência por parte do Porto, em fazer o berço que está pronto e sem operar. Isso é importante registrar, que esta situação está esgotando a paciência por parte dos usuários. Solicitou qual será o prazo previsto, para que o berço seja dragado, porque os empresariados trabalham com base as previsões, por mais que sejam acolhoadas e conservadoras essas previsões. A **Eng. Maria Manuela** agradeceu dizendo que as palavras do conselheiro são acatadas pelo Porto com toda preocupação, atenção e vontade, e, com maior prioridade. Respondeu que na terça-feira vai ao Rio de Janeiro para fazer última vistoria de operação da draga e não gostaria de fixar prazo curto, mas informa que se as negociações correrem bem e estão no âmbito jurídico, acredita que em menos de um mês recomecem as dragagens. O Conselheiro **Fayet** solicitou o Relatório formal da APPA, principalmente contemplando as questões levantadas pelo Conselheiro Michael, pois opina que é fundamental para o CAP. Sendo acatado pelo Presidente e sem óbice por parte da Administração Portuária. Com a palavra o Conselheiro **Orsival**, Diretor Empresarial da APPA, disse que é preciso que haja uma compreensão e gostaria que numa negociação para abreviasse, antecipasse as condições para atracar mais navios no Porto de Paranaguá, têm alternativas. A APPA pode oferecer mais condições de atracar navios, e berços



Presidente: José Carlos de Oliveira Mendes
Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina
Endereço: R. Antônio Pereira, 161 - CEP 83.221.030 - Paranaguá - PR
Fonofax: (041) 420-1360 - Fone: (041) 420-1142
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Conselho de Autoridade Portuária
dos Portos de Paranaguá e Antonina

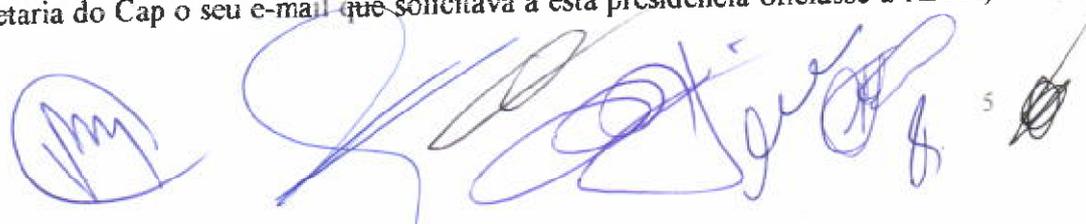
inclusive, isso está sendo feito. Ficando um pouco constrangido de ver essa forma de ser colocada, como ter que resolver imediato, com pressão. Afinal, existe interesse do País, da economia e todos podem dar sua parcela em conjunto negociando. Faz essa observação no sentido que, em negociação as alternativas podem abreviar e resolver os problemas. Sabe-se que o Brasil tem hoje uma necessidade, uma oferta de cargas para o mundo, muito grande. E as linhas de navios são sabedores dessa situação. Vendo que nos outros portos, não só no Porto de Paranaguá faltam contêineres, faltam navios, os fretes sobem. Opina realmente que os conselheiros e a comunidade ligada às cargas devem ir mais fundo no problema não ficando superficialmente tratando da questão da falta de berço, das linhas que não querem vir ao Porto de Paranaguá, ou no outro porto, deve levantar mais esta questão e até procurar alternativas ou negociar com o porto. No que o porto pode colaborar realmente. Falou que não está contra aqueles que defendem seus principais e procuram resolver seus problemas, mas realmente não podia deixar de expor e acredita que aqui tem pessoas ligadas aos armadores e pode colaborar no que está colocando. Em resposta o Conselheiro Michael relata que armação trabalha principalmente com serviços liner, e, estes que hoje estão muito ansiosos de ver uma melhor eficiência de turn-over de navios; que esse berço 216 proporcionaria com toda tranquilidade, não são armadores que chegam aqui para aproveitar ou não aproveitar. Têm contratos com o comércio exterior paranaense. Têm obrigações com as indústrias, as exportações, e todo o mercado que existe aqui, principalmente nas importações. Essas importações são just-in-time. O navio desviado para o Porto de Santos, nesta semana, por exemplo, foi a pedido da Empresa Volvo. Ela solicitou encarecidamente que o navio não esperasse atracação neste porto. Então, os compromissos não são de brincadeira. Outra coisa; tem tomado iniciativas do gênero que o Diretor sugeriu em outros portos, que não são dotados com recursos como este, que está à disposição, recurso de um berço construído e pronto para ser entregue. Está tentando aproveitar opções dentro dessa natureza para depois sofrer reverteres de pressões políticas em portos ligados ao sul, que todo mundo está acompanhando e justamente através dessa iniciativa a gente tenta solucionar os problemas, para receber esse tipo de reações por parte da esfera política de cada comunidade. Então quais são as garantias que em Paranaguá, os armadores vão conseguir fazer uma coisa que foi colaborado pela Administração do Porto, de um dos portos do sul e revertido na véspera da sua execução e amparado por contrato por sinal. A Eng. Maria Manuela disse que com certeza não esquecerá, porque como servidora pública, e tem responsabilidades. Ser cobrada também é natural. Falou que a sua maneira de trabalhar é priorizando sempre a área operacional. Intervindo o Conselheiro Fayet disse que esta questão não pode ser colocada em termos pessoal e sentimental; o comércio internacional está muito acima da vontade; o problema é saber se quer entrar, é opção de cada um. Hoje a grande dificuldade que está enfrentando e tem participado intensamente nesta questão; a definição de marcos regulatórios, se esses não tiver a estabilidade, não tem como resolver os problemas de investimentos no Brasil. Essa é uma questão em que o Governo Federal e a iniciativa privada estão absolutamente acordos. Então é uma questão de fato que precisa ter aqui definições claras sobre este assunto. Solicita relatório com as explanações por escrito e definitivo, que tudo isso que esta se discutindo aqui vai mais cedo ou mais tarde, seguir um processo de responsabilização. **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE DRAGAGEM:** o Relator Juarez disse que o relatório sobre o tema encaminhado pela Diretoria Técnica da APPA, diretamente a Comissão respondeu várias questões que estavam estabelecidas na ata anterior, da qual o Eng. Ogarito foi o relator, inclusive naquela oportunidade a Eng. Manuela na época, como representante técnica da APPA participou daquela reunião e da elaboração da ata nº. 01. Então hoje a Ata nº 02, que coube relatar primeiro porque até pela circunstância os prazos para reunir a Comissão também, não foram cumpridos. Foram



Presidente : José Carlos de Oliveira Mendes
Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina
Endereço : R. Antônio Pereira, 161 - CEP 83.221.030 - Paranaguá - PR
Fone/fax: (041) 420-1380 - Fone: (041) 420-1142
E-mail : cappgua@pr.gov.br

**Conselho de Autoridade Portuária
dos Portos de Paranaguá e Antonina**

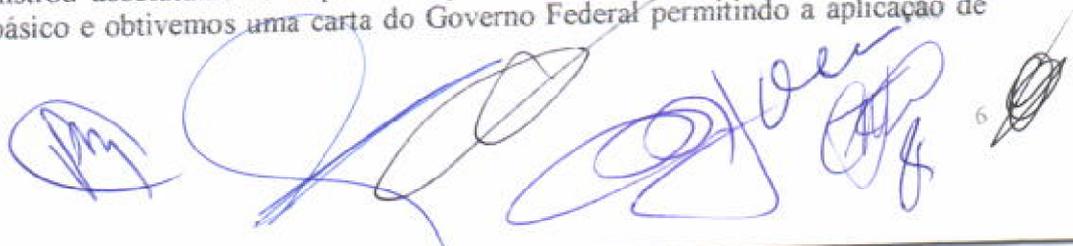
atropelados, houve reclamações aqui, que a ata da Comissão chegou ontem 17 horas e são os tempos possíveis dentro dos prazos exigidos, recebendo sugestões dos membros da Comissão em relação a esta ata, até o tempo solicitado. Foi em função dessa discussão não ter sido conclusiva, foi também discutir a redação. A Comissão tinha posto uma sugestão de redação e que procurou dar a sua redação, por isso o atraso de mais 24 horas. No entanto, com decisão por unanimidade, agora, foi destacar o próprio texto da Ata nº 1, naqueles itens que não foram respondidos na totalidade ou de forma insuficiente, falou em seu nome e entende que a sobre carga que Diretoria Técnica tem por essa transição é extremamente grande, com assuntos abordados nesta pauta que estão sendo tratados, compreende e entende que até da exiguidade do tempo da Diretoria Técnica ter respondido esse relatório que estava na mão da Diretoria Técnica anterior desde fevereiro, no entanto, a priorização foi feita nos últimos tempos. A Comissão constatou que nessa primeira avaliação a falta dos documentos relacionados e ao final desta Ata solicita que deverá ser encaminhada a APPA, para que seja necessário o envio a este Conselho dos documentos complementares. Aprovado o encaminhamento a APPA, pelo Plenário. **COMISSÃO DE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS:** O relator João Gilberto, disse que as *Normas para Pré-Qualificação de Operadores Portuários* já foi exaustivamente discutida pela Comissão e com participação do Sindicato dos Operadores Portuários e a APPA. A Comissão elaborou o parecer final e está pronto para votar. No entanto, por solicitação do novo relator Fayet, está passando a pasta para dirimir os pontos de divergentes, em dois itens polêmicos que os membros da Comissão votaram e obtiveram empates. Sendo o parecer da Comissão na época, que o Plenário iria decidir, através do voto. Portanto, o assunto retorna a Comissão para novo parecer se for o caso e será apreciado pelo Colegiado na próxima reunião. O Presidente concluiu que o assunto está no âmbito do Conselho venceu a etapa da Comissão e agora está sendo preposto ao Conselho à retomada do assunto para discussão de ponto específico que estão identificados e naturalmente a Comissão retorna a analisar com a possibilidade de classificar os operadores portuários; quanto o capital e seguro, posteriormente ao Plenário com novo relatório, se necessários. Aprovado pelo Colegiado. Com a palavra o Conselheiro Fayet relator do assunto *Operação Safra*, dizendo que a Comissão reuniu-se na terça-feira e depois passou de lá até hoje trocando informações através de e-mail e telefone, o texto foi exaustivamente avaliado e ficaram dois pontos para decisão final, que não houve ainda, um consenso de redação dentro do âmbito da Comissão, e, que contou com diversos convidados. Disse que a sua preocupação e colocou em público, e os companheiros da Comissão que é uma matéria extensa e que não foi lida e está com dificuldade formal, porque a última versão foi passada às 16 horas de ontem e foi trabalhada hoje pela manhã. Pergunta aos membros da Comissão o que fazem. Será que tem condições de votar a matéria agora, sem o Plenário ter o conhecimento da última versão. O Presidente disse que só poderá deliberar aquilo que os conselheiros têm convicção. Portanto, conclui que será prudente encaminhar a todos conselheiros a última versão para conhecimento e solicitando esclarecimentos naqueles pontos de dúvidas ou posição contrária da Comissão. Ficando para próxima reunião a apreciação e votação do Plenário. **RELATÓRIO Nº 01 E 02/2004 DA ANTAQ - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA:** Com a palavra o Conselheiro Fayet disse que após o Relatório foi distribuída aos conselheiros, a APPA efetuou a relação dos documentos entregue pela Superintendência a ANTAQ. Solicita em saber se foi concluído o trabalho por parte da Agência. O Presidente falou que sobre ponto de vista que ele traz é que a Comissão Fiscalizadora analisou os documentos, já tinha elaborado seu Relatório e estava sendo submetido ao nível superior e posterior encaminhamento a APPA. Disse ao Sr. Fayet que recebeu da secretaria do Cap o seu e-mail que solicitava a esta presidência oficiasse a APPA,



Presidente : José Carlos de Oliveira Mendes
Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina
Endereço : R. Antônio Pereira, 161 - CEP 63.221.030 - Paranaguá -PR
Fone/fax: (041) 420-1360 - Fone: (041) 420-1142
E-mail : cappgua@pr.gov.br

**Conselho de Autoridade Portuária
dos Portos de Paranaguá e Antonina**

o encaminhamento de alguns documentos. Entretanto, comunicou que não havia no âmbito do Cap debate e reflexão sobre o assunto. Solicitando a manifestações do Conselho, sendo aprovado o encaminhamento as Comissões do Cap para análise, debate e posicionamento no que couberem, nas estritas competências no âmbito do CAP. **COMPETÊNCIAS DO CAP E OS CONVÊNIOS/CONTRATOS CELEBRADOS COM A APPA:** O **Presidente** disse que foi distribuídas aos integrantes do Conselho cópia do Convênio firmado entre o Governo do Estado e o DNIT, com interferência da APPA e destacou que aquele convênio não fazia referência a determinação legal correspondente às competências do CAP e por solicitação do Conselheiro **Fayet** constasse em pauta. Passando a palavra ao Conselheiro que disse das responsabilidades e obrigações atribuídas a APPA e onde delegam a construção do cais, que inclusive foi aprovado nesse Plenário no PDZPO do Porto de Paranaguá, entretanto, entende que embora o DNIT é órgão do Ministério dos Transportes não observou uma questão legal, inerente à legislação dos portos. Para tanto, pede o envio de uma correspondência ao DNIT solicitando a observação quanto às competências do CAP no que couber, e, no caso de Paranaguá a recomposição da cláusula *das Obrigações* com a inclusão da apresentação por parte da Administração do Porto as deliberações desse Colegiado. Sendo aprovado pelo Conselho. **RELATÓRIO GERENCIAL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA APPA:** dizendo que foram distribuídos aos presentes os relatórios contendo dados do mês de abril/04, do Porto de Paranaguá - Movimento de Carga Geral - Exportação de 380.220 ton. - Importação de 165.118 ton.; Granéis Sólidos - Exportação de 1.880.637 ton.- Importação de 475.031 ton.; Granéis Líquidos - Exportação de 253.776 ton. - Importação de 46.412 ton.; Contêiner - Exportação de 14.513 TEU - Importação de 17.119 TEU; Veículos - Exportação de 2.402 unid. - Importação de 338 unid.; Atracações de 176 navios. Porto de Antonina - Exportação de 39.983 ton. - Importação de 23.763 ton. **PARTICIPAÇÃO DA APPA NA FEIRA INTERNACIONAL DE TRANSPORTES E SERVIÇOS DO COMERCIO EXTERIOR - INTERMODAL, período 02 a 04 de junho 2004:** O Conselheiro **Orsival**, Diretor Empresarial da APPA disse que seguindo o mesmo exemplo do ano passado a APPA está com stand alugado e apresentará em São Paulo, fazendo seu marketing, na feira. A APPA está aberta a todos Operadores Portuários, a todos os parceiros que queiram colaborar, que queiram se apresentar em conjunto. Obviamente sabe-se que alguns parceiros terão seu stand individual. O Conselheiro **Frisoli** parabenizou a APPA pela participação uma vez que esta feira hoje é a segunda maior feira do mundo do setor, acha importantíssima a presença da APPA, pois é fundamental para o sucesso do porto. O conselheiro **Bósio** ratificou as palavras do Conselheiro **Frisoli** é realmente enobrecer a atitude da APPA, este fazer presente neste momento. Com a palavra o Superintendente da APPA, **Eduardo Requião** disse que um grupo de empresas participa junto com APPA, particularmente na divisão de espaço e no custo do projeto. O **Presidente** disse que presença do Porto de Paranaguá na feira, ela se reveste de singular importância por este momento. Se o Porto foi objeto de exposição de mídia sob uma ótica, talvez, seja agora o momento de ser exposto também, pela outra ótica, na medida que ele oferece objetivamente estes argumentos para tal. Na seqüência referiu-se aos 40 dias que faltam para implantação do ISPS Code e solicitou a manifestação do representante da APPA para fazer considerações e avaliação se o prazo é suficiente para a implementação do Plano de Segurança. Tomando a palavra o Dr. **Eduardo Requião de Mello e Silva**, Superintendente da APPA disse que fez um breve comentário no final da reunião passada, que uma das exigências do repasse do Governo Federal era a aplicação da lei n. 8.666. Ontem dois representantes da APPA estiveram em Brasília e demonstrou absolutamente impossível que em 40 dias se implantar, aquilo que propulsemos como básico e obtivemos uma carta do Governo Federal permitindo a aplicação de



Presidente: José Carlos de Oliveira Mendes
Secretária-Executiva: Rosa Shimoina Ebina
Endereço: R. Antônio Pereira, 161 - CEP 83.221.030 - Paranaguá - PR
Fone/fax: (041) 420-1360 - Fone: (041) 420-1142
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Conselho de Autoridade Portuária
dos Portos de Paranaguá e Antonina

três milhões e meio de reais, no Porto de Paranaguá como emergência. Ontem mesmo, os representantes do Governo Federal, através dos representantes da APPA Xênia e Paulo entram em contato com Tribunal de Contas e acertaram uma carta de entendimento de acordo. O projeto está sendo apresentado como um todo. O Porto terá a partir de segunda-feira, 48 horas para apresentar a emergência ao Governo Federal. Portanto, com essa aprovação a APPA terá condições de utilizar toda essa verba de repasse, porque todos os processos licitatório já estão aprovados pelo Governador faltando transformar esses processos em emergência para dar serenidade. Falou também, que fez comentário na semana passada sobre o entendimento com a empresa Bandeirantes e o Mauro Marder falou que estaria em contato com os representantes do meio ambiente para dar serenidade com relação ao berço 216. O acordo com a Bandeirantes parece que será concluído na terça-feira e expôs o por quê com a Bandeirantes, disse que foi para dar maior velocidade. Não há nenhuma má vontade por parte do Porto com relação a TCP, muito pelo contrário, consta no escopo da discussão que está sendo administrado pelo Dr. Mauro que vai iniciar a dragagem pelo berço 216, porque a Eng. Manuela priorizou o berço na absoluta necessidade para fazer o laudo esse berço. Colocou as dificuldades da dragagem em relação a Antonina, dizendo que quando deixou de dragar Antonina foi por um acordo feito e assinado pelo Tribunal de Contas, onde se retirou Antonina e também o volume para baixar o valor do custo do contrato, uma vez que o Porto estava em dificuldade financeira. Informa que por solicitação do Comandante está incluindo Antonina, uma vez que as negociações já tinham concluído. Portanto, Leopoldino e Juarez participarão na reunião com o pessoal da Bandeirantes para estudarmos a possibilidade de incluir Antonina, nessa dragagem. O **Presidente** solicitou aos relatores das Comissões que enviasse à Secretária, o calendário das programações de reuniões, para facilitar o encaminhamento dos trabalhos e por parte da APPA a indicação e a participações dos assessores técnicos de apoio. O **Superintendente** informou que merece uma reflexão do Cap, talvez até a criação um grupo de trabalho do CAP para discutirmos a importância e os reflexos na nossa economia no funcionamento do nosso Porto, a instalação no ano que vem da extensão da bolsa de Chicago no Porto de Paranaguá no México que o somatório das sojas do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraguai, Argentina, Chile e Sul da Bolívia somam 35% a mais do que as sojas produzidas nos Estados Unidos e no México e passaríamos nós termos uma referência aqui da extensão da bolsa de Chicago. Acredita que dos ganhos do Governo do Estado e Porto Paranaguá este para nós é mais significativo com possibilidade de reflexão e discussão, uma vez que a presença da extensão da bolsa terá e criará reflexos em todo funcionamento portuário particularmente, APPA entre com tetos e sem tetos, as relações com cooperativas. Informa ainda, que no dia 7 o Governador Roberto Requião reuni-se com o Presidente da Bolsa, aqui no Porto, será a primeira reunião com convidados a Coamo e Paulo Pimentel que articulou esse encontro e a partir daí teremos documento, dados com entendimentos fechado do governo e não poderia ele antecipar até porque as discussões mais no momento estão sendo levantadas quanto à percentagem de transgênicos, posições do Porto, uma vez que a referencia da instalação desta extensão da Bolsa se dará em cima das normas internacionais que autoriza até um por cento. Complementando o Conselheiro **Bósio** falou que participou uma semana do estudo, no Instituto Nacional juntamente com um grupo de negociadores da Alça e realmente já foi aventado esse item, que será de extrema importância não só para o Estado do Paraná, mas também, para o país e a idéia da CEXPAR - Centro do Comércio Exterior do Estado do Paraná quer formar uma Comissão Permanente, com um grupo de notáveis negociadores da área agrícola e talvez venha em encontro com o Porto. Concorda com Dr. Eduardo em criar um Grupo de Trabalho englobando pessoas do Conselho, da APPA e do Estado todo, que formem opiniões, inclusive onde se pode discutir todos os assuntos e

dar uma conotação rápida, eficiência e específica sobre a extensão da Bolsa e nas nossas exportações aqui. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, dizendo ao Superintendente da APPA que o Conselho acolhe com simpatia a proposta que ele trás e acredita que no CAP como ambiente natural para reflexão e debate desses assuntos vai dá-lo um tratamento adequado no sentido de promover essas iniciativas, mas também, outras que eventualmente surgem e venha ser proposta e oferecidos para tal e agradecendo a presença de todos, confirmando a próxima reunião ordinária para o dia 18 de junho de 2004, às 09h00 e tendo eu Rosa Shimoisa Ebina, Secretária Executiva, lavrada a presente ata que segue assinado, pelo Presidente, demais Conselheiro, e Convidados.

CONSELHEIROS/CONVIDADOS

Hélio José da Silva
Juarez Moraes e Silva
Orsival Francisco
Michael Martins da Silva
José Silvio Gori
Carlos Roberto Frísoli
Zulfiro Antonio Bósio
Ozeil Moura dos Santos
Luiz Antonio Fayet
Airton Galinari
Sidney Pinto
José Roberto Almeida Corrêa
Wilson Moraes da Silva
Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva
CMG. Osmar Pedro da Cunha
Dr. Fabiano
João Ivano Marson
Eng. Maria Manuela de Oliveira
Leopoldino de Abreu Neto
Mauro Maranhão
Luiz Henrique T. Dividindo
Nilson Hanke Camargo

ASSINATURA